

Sai o programa para a festa da promulgação

A Mesa da Constituinte definiu o programa oficial da solenidade de promulgação da Constituição, dia 5 de outubro. O primeiro evento será mesmo o culto ecumênico, às 9h, no gramado em frente ao Congresso Nacional. A programação será encerrada com um jantar às 20h30, oferecido aos 38 presidentes de Parla-mentos estrangeiros convidados pelo presidente Ulysses Guimarães.

Ontem, o Congresso Nacional continuava sendo preparado para a festa da promulgação, com uma limpeza externa incluindo até a rampa que dá acesso ao Salão Negro da Casa. Também o gramado estava sendo cercado para a delimitação da área que será ocupada pelo povo que assistirá ao culto ecumênico e ali permanecerá ao longo do dia.

Está confirmada a celebração do culto pelo cardeal dom José Freire Falcão e pelo pastor Jesiel Nunes Gomes. Depois deste evento, às 10h30, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, receberá os presidentes dos Parla-mentos de países de língua portuguesa, do continente americano e da Espanha no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, onde também serão cumprimentados os embaixadores de países acreditados no Brasil. Depois de um coquetel à base de sucos naturais, refrigerantes e canapés, os visitantes percorrerão os pontos principais da Câmara e do Senado.

Só às 15h recomeça o programa da promulgação, com a chegada dos presidentes da Constituinte, do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, e da República, José Sarney. Segue-se uma série de procedimentos protocolares, incluindo a execução do Hino Na-

cional à frente do Congresso, honras militares e revista à tropa pelos três presidentes, que logo após sobem à rampa e são recepcionados pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, e 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos.

Ulysses Guimarães e Humberto Lucena se afastam do grupo para, às 15h30, abrir em sessão solene no plenário da Câmara. Iniciados os trabalhos, o presidente da Constituinte convida os líderes do PMDB, do PFL, do PSDB e do PDS para, em comissão, introduzirem no recinto o presidente Sarney e o ministro Rafael Mayer, que passam a compor a Mesa da solenidade. Será executado o Hino Nacional e, logo depois, Ulysses Guimarães autografa os cinco exemplares oficiais da Constituição, que entrega aos representantes da Presidência da República, do Senado Federal, do STF, reserva um para a Câmara e outro para o Arquivo Nacional. Declara, então, promulgada a nova Carta, prestando juramento ao texto constitucional, juntamente com os demais constituintes, que responde: "Assim prometo". Em seguida, Sarney e Rafael Mayer prestam o mesmo compromisso.

Antes de fazer seu discurso de encerramento da Assembleia, Ulysses dará a palavra ao senador Afonso Arinos, que falará em nome dos constituintes, e ao presidente da Assembleia da República Portuguesa, Victor Crespo, que se pronuncia em nome dos convidados. Encerrada a sessão, todos se dirigem ao Salão Negro para a solenidade de lançamento do selo comemorativo do evento. Às 20h30, os convidados serão homenageados com um jantar no restaurante do Anexo IV da Câmara.



Brossard anunciou alterações no Ministério da Justiça, que o DO publicará na segunda

Planalto diz que só antecipará a Carta

Para utilizar decretos administrativos para regulamentar a nova Constituição, o Governo não pretende encontrar mecanismos para descumprir a nova ordem constitucional que vai ser implantada no País, mas está apenas antecipando algumas das medidas que terão de ser adotadas a partir da próxima quarta-feira, para adequar a estrutura administrativa à nova Carta Magna. Foi o que o presidente José Sarney fez questão de esclarecer, ontem, através do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que deu entrevista no Palácio do Planalto, depois de sair da audiência, no meio da tarde, no Palácio da Alvorada.

O ministro Brossard fez o esclarecimento depois de comunicar que na próxima segunda-feira o Diário Oficial da União vai

publicar dois decretos, alterando a organização do Ministério da Justiça, transformando o Conselho Superior de Censura, extinto pela nova constituição, em Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, que vai ficar com a tarefa de opinar sobre censura. O mesmo foi feito com o Conselho de Segurança Nacional, que deu lugar à Secretaria da Defesa Nacional.

O presidente Sarney fez questão de esclarecer as informações prestadas pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, há dois dias, de que o Governo vai utilizar vários decretos para regulamentar alguns dispositivos que a partir da promulgação da nova Constituição ganharão força de lei. Brossard disse que Sarney não tem a intenção de alterar a

Constituição: "O interesse do Governo, o desejo do Governo e a vontade do Governo, longe de buscar meio de não cumprir e evitar o cumprimento da Constituição que será promulgada no dia 5 de outubro, longe disso, é exatamente no sentido de dar pleno cumprimento, pleno e leal cumprimento, e nesse sentido ele tem até se antecipado, para no dia em que for promulgada a Constituição, alguma coisa que dependa do Governo fazer já tenha sido feita".

A Constituição, no entender do presidente Sarney, já foi concluída, de modo que é dever de todos os brasileiros cumprir lealmente o que foi estabelecido. A preocupação do Governo, observou o ministro Brossard, é a execução da nova ordem constitucional.

COMOSERÁ

9h — culto ecumênico no Eixo Monumental, em frente ao Congresso.

10h30 — recepção a presidentes de parlamentos dos países do continente americano, da África de expressão portuguesa, de Portugal e da Espanha, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

15h — chegada dos presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães, do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, e da República, José Sarney, em frente à rampa do Congresso. Execução do Hino Nacional e revista à tropa.

15h30 — abertura da sessão solene de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no plenário da Câmara.

16h30 — lançamento do selo comemorativo da data da promulgação, no Salão Negro do Congresso Nacional.

17h — recepção aos convidados no Salão Negro e Salões Nobres das duas Casas.

20h30 — jantar oferecido aos visitantes estrangeiros e autoridades nacionais no restaurante do anexo IV da Câmara.

Mayer destaca teor popular

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer ao fazer no encerramento do Congresso Extraordinário, promovido em Buenos Aires pela Federação Latino-americana de Magistrados, destacou o sentido democrático dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Na sua palestra sobre o Judiciário e a nova Constituição, Mayer recordou que o novo texto constitucional a ser promulgado no próximo dia 5, foi o único na história das constituições brasileiras que "passou efetivamente por um sistema de ampla consulta nacional, através dos mecanismos de divulgação e as possibilidades oferecidas às entidades e pessoas que apresentaram suas mais variadas contribuições e sugestões".

Quanto ao funcionamento do Judiciário, Mayer fez referências ao papel do STF que passa a ter uma estrutura de Corte Constitucional. Foi colocado em relevo o papel a ser desempenhado pelo STF, como guardião da nova Carta. Foi explicada para os magistrados latino-americanos reuni-

dos em Congresso, a posição do STF na organização judiciária brasileira, diante dos novos processos, como o Mandado de Injunção e o Habeas Data. O sentido de cada processo foi explicado, com a observação de que nos casos em que dependa de regulamentação, "o Judiciário será convocado para dar solução". Disse Mayer que o Habeas Data é um processo que se destina a obter a informação de dados especiais como também a retificar atos que não correspondam à realidade.

Acompanhado em Buenos Aires pelo diretor do Brasil da Federação Latino-americana de Magistrados, o professor e Desembargador Luiz Vicente Cernichiaro, Mayer foi o orador mais aplaudido, pela sua palestra no encerramento do Congresso. Lá foi recebido pelo Presidente da Corte Suprema Argentina, Ministro José Caballero. Também teve um encontro cordial com o presidente Alfonsín. Mayer deve retornar ao Brasil na próxima segunda-feira, depois de uma visita protocolar a Portugal.

Bernardo Cabral ameaçado

WILSON NOGUEIRA
Correspondente

Mannau — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi ameaçado de morte e uma de suas netas ameaçada de seqüestro e estupro durante a discussão e votação do capítulo da reforma agrária na nova Constituição. A revelação foi feita pelo próprio Bernardo Cabral para cerca de 700 empresários que participaram ontem do painel O Brasil Pós-Constituinte, no 5º Encontro Nacional da Indústria da Construção, realizado no Tropical Hotel.

Bernardo Cabral foi um dos palestrantes do painel O Brasil Constituinte, do qual participaram também o governador do Paraná, Alvaro Dias; o ex-ministro da Fazenda, deputado federal Francisco Dornelles; e o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, deputado federal Luiz Pontes. Cabral fez um balanço dos pontos positivos e negativos da Constituinte e disse que revelava as ameaças de morte e seqüestro porque a nova Constituição já está pronta. As ameaças, segundo o relator, foram feitas por telefone e cartas anônimas.

Sinfonia de sinos anuncia nova Carta

Todos os brasileiros, mesmo os que não estejam assistindo pela televisão a transmissão ao vivo da solenidade de assinatura, saberão o momento exato da promulgação da Carta. Os arautos desta novidade serão os sinos das Igrejas de todo o País, que badalarão por volta das 15h00 ou 15h35 para anunciar que o Brasil já se encontra sob nova ordem constitucional. Os brasileiros, além da sinfonia emanada de seus campanários, ouvirão ainda 21 tiros de canhão lançados do gramado do Congresso Nacional para marcar o mesmo evento.

O badalar dos sinos foi anunciado ontem pela Secretária-Geral da Mesa da Constituinte, como o resultado de entendimentos entre o presidente Ulysses Guimarães e o presidente

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida. A ideia, de Ulysses, foi bem recebida pelo religioso que ficou encarregado de comunicar a sugestão a todas as paróquias. Os tiros de canhão representam quase um procedimento protocolar das Forças Armadas em solenidades de caráter cívico.

Os sinos e os tiros serão ouvidos assim que o presidente Ulysses Guimarães, depois de assinar os cinco exemplares oficiais da Carta, afirmar: "Declaro promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil". O 1º secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, já havia manifestado a mesma ideia a Ulysses — de sugerir à CNBB o badalar dos sinos — que antecipadamente propôs o evento a dom Luciano.

Verba militar fica sem mistério

O Governo espera que os membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional estejam satisfeitos com as explicações que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu transmitiu, na última quarta-feira, sobre a verba de Cz\$ 25 bilhões, destinada ao atual Conselho de Segurança Nacional, que será substituído, a partir da promulgação da nova Carta, pelo Conselho de Defesa Nacional. O Gabinete Militar da Presidência divulgou ontem nota dizendo que, ao baixar decreto transferindo a Secretaria do CSN, o Planalto apenas prestigia a nova Carta.

Uma fonte militar revelou que o Governo está montando uma estratégia, "compatível com os novos tempos" objetivando desarmar os espíritos dos parlamenta-

res em relação aos programas desenvolvidos na esfera militar. Por isso, nos próximos dias, os membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso deverão ser convidados a visitar os projetos que vêm sendo desenvolvidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN — integrantes do programa nuclear brasileiro.

E para este programa que o Orçamento da União do próximo ano destinou a verba de Cz\$ 25 bilhões na rubrica "projetos de pesquisa em ciência e tecnologia", e que gerou a maior polémica entre os membros da comissão de orçamento que se negaram, inclusive, a aprovar o que denominaram "verba misteriosa". Foi por esta razão que o ministro João Batista de Abreu, a pedido da área mili-

tar do Governo se dispôs a ir ao Congresso Nacional para, pessoalmente, prestar os devidos esclarecimentos.

"Embora o montante da verba destinada ao programa nuclear brasileiro tenha assustado os parlamentares que examinam o Orçamento da União, ela representa muito menos em termos reais, ou seja, se considerarmos a inflação, do que o total a ser aplicado no programa este ano", garantiu uma fonte militar do Governo. Ele revelou que a verba a ser aplicada este ano no Programa Nuclear será de Cz\$ 16 bilhões e 300 milhões, um valor de fato inferior aos Cz\$ 25 bilhões previstos para 1989, quando a inflação acumulada este ano já atingiu o índice de 339,8% e no período de 12 meses o total de 584,6%.

Injunção e habeas-data valem já

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Entre os constituintes, não existe qualquer dúvida sobre a auto-aplicabilidade do mandado de injunção, instrumento que permite ao cidadão recorrer à Justiça para exigir o cumprimento dos princípios constitucionais, e o habeas data — recurso que garante aos cidadãos acesso a informações de seu interesse pessoal que estejam nos arquivos de órgãos públicos. Contrariando interpretação do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que os dispositivos dependem de regulamentação, o senador Almir Gabriel (PMDB/PA) garante que a dúvida só existe enquanto polémica, mas os instrumentos foram criados e só faltam ser implementados a partir do dia seis de outubro.

Criticando a posição adotada pelo consultor Saulo Ramos, que na sua opinião está agindo mais como um "servical" do presidente José Sarney, ao invés de alertar para possibilidades de dúvidas, como é sua função de servidor público, o senador constituinte diz que o jurista está é mais



Almir Gabriel

preocupado em criar situações de perplexidade para a opinião pública.

— Eu só entendo esta atitude como a busca de notoriedade. Ele quer ser uma pessoa diferente e ao invés de se juntar aos demais em busca de uma nova ordem constitucional, se compraz em aproveitar até o fim os ditames da velha ordem — observa Almir Gabriel. "Ele deve estar muito

feliz, pois com o nosso trabalho, foi colocado no limiar e logo será ultrapassado".

Para retardar a vigência do mandado de injunção e do habeas data, o consultor Saulo Ramos construiu um parecer em cima de dispositivos da Constituição ainda em vigor, associados a normas do novo texto constitucional. Em relação ao habeas data, por exemplo, seu parecer sugere um impedimento ao recurso, no sentido de que o Serviço Nacional de Informações poderá se recusar a prestar informações que considere lesivas à segurança nacional, até que seja elaborada lei ordinária disciplinando este recurso.

O constituinte Almir Gabriel reage ao parecer, argumentando que como o novo texto constitucional traz no capítulo específico, muito bem explicitado, "o que é segurança nacional", isso não será impedimento. "Qual o problema, se um cidadão como o senhor Carlos Prestes ingressar com um pedido de habeas data, em qualquer órgão público, para solicitar informações sobre sua pessoa? Em que estas informações poderiam ameaçar a segurança nacional?"

Termina a novela: nada de medalhas

A entrega das 1 mil 400 medalhas de ouro, prata e bronze aos 559 constituintes, autoridades e colaboradores foi "indefinitamente", por ordem do presidente Ulysses Guimarães. A explicação oficial para o adiamento é que a gráfrica do Senado não como imprimir os 1 mil 400 diplomas que acompanham as medalhas até a próxima quarta-feira.

Com a suspensão da homenagem, o presidente Ulysses Guimarães vai evitar que os incômodos protestos prometidos pelos constituintes contrários à entrega das medalhas estraguem a festa da promulgação. Ulysses não escapará, no entanto, de ser citado na ação popular movida pelo advogado gacho Antônio Beiriz para responsabilizar os autores e beneficiários da homenagem.

A citação foi enviada na quinta-feira de Porto Alegre, e após

recebê-la Ulysses terá vinte dias para fazer a contestação. É quase certo que estas medalhas nunca sejam distribuídas, mas o presidente da Constituinte terá que explicar porque decidiu gastar Cz\$ 49 milhões na sua confecção e qual será o destino delas agora.

Entre os, a expectativa de serem transformados em réus de uma ação popular por causa das medalhas foi recebida com naturalidade e bom-humor. "É ridículo fazer disso um cavalo de batalha, como se fosse uma despesa que afunda o Brasil, país em que se dá medalha para todo mundo", opina o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Passarinho que se sente "à vontade" para dizer isso porque tem medalhas "em grande quantidade". "Comecei a receber condecorações cedo, ainda como major do Exército, quando a medalha do mérito militar. Depois, como Ministro da Educação, recebi

outras dezenas de medalhas, de diversos países", comenta Passarinho.

Para o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), a ação popular contra as medalhas foi um ato "extremamente infeliz" e não ofuscará o brilho das comemorações da promulgação da Constituição. "A intenção foi fazer uma homenagem aos que trabalharam com assiduidade, perseverança e abnegação, às vezes até nos finais de semana, e eu não vejo nada demais nisso", afirma Inocêncio.

Na opinião do diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino a ação popular não terá maiores consequências, porque a entrega de medalhas já é uma tradição brasileira. "Este gacho teria que começar processando todos os ministros militares, os governadores, o Itamarati. E processo para não sobrar ninguém", comenta Sabino.

Ani Cunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Porque eu quero falar em seguros

No Brasil, todo mundo paga correção monetária. O seguro, engole. Caro, diverso, impreciso, o seguro no Brasil é uma fonte de renda muito próxima da usura. A subdivisão por assuntos, e o contrato leonino, não deixam alternativas para quem dele necessita. É na inflação, pior ainda.

Um cidadão comprou um automóvel. Resolveu colocá-lo no seguro contra todos os acidentes. De dezembro de 1987 a fevereiro de 1988, pagou o equivalente a 3.600 dólares. Veja-se, portanto, o equivalente a dez dólares por dia.

O tempo foi correndo. O seguro tem a duração de um ano. No meio do ano, o corretor procurou o cidadão e disse que se houvesse um sinistro, seu automóvel receberia uma ninharia. E provou.

Por fim, o corretor apresentou uma sugestão: pagar um aditivo, de julho, a dezembro. Isto é, mais quinze dólares por dia. Vê-se que é um acahuete.

CONSTITUIÇÃO — Há disposição de alguns constituintes em assinar ou não a Constituição que será promulgada no dia cinco. Parece contrasenso. Na verdade, ninguém pode nem deve ter uma Constituição a seu gosto. Seria pureza demais, o que não acontece na vida nacional. O normal seria admitir que há divergências, mas honrar o trabalho tão longo, de tanto esforço.

ZEBRADO — A Operação Primavera passou pelo Eixo Monumental e com boa disposição. Acontece que na entrada do Setor Gráfico há um zebra que reduz a pista de quem vem do Cruzeiro, para facilitar a entrada sem sinal de quem vem do SIG. Esse zebra não foi feito e está pondo em perigo os carros que entram direto no Eixo. Nem todo mundo que ali trafega reside no DF para saber disto.

PÃO — Amassar o pão custa o mesmo suor, tanto na França como na Itália. Acontece que no Brasil o pão francês custa 19,50 cruzeiros, quando o pão italiano está custando, no mesmo peso, a bagatela de 150 cruzeiros. Há alguma coisa errada nisto.

EXCESSO — Você anda a Europa toda nas melhores estradas do mundo e não paga pedágio. Você anda no Brasil, nas piores estradas, paga pedágio, e agora o DNER ainda quer aumentar o imposto de automóveis. Tudo isto, porque a repartição, sem autorização, abriu um rombo de 45 bilhões de cruzeiros no seu orçamento, autorizando obras sem verba, e agora quer que o povo pague o preço da irresponsabilidade. Algum dia alguém vai ser punido no Brasil, para as coisas melhorarem.

POLÍTICA — Se a propaganda política atrapalhar a transmissão do jogo, o político que aparecer na tela da tv não vai receber voto. Vai receber ferro.

LIXEIRO — Em toda parte há o pró e o contra. A Operação Primavera está deixando a cidade bonita, mas quinta-feira pela manhã, um caminhão do SLU transportava sacos de plástico preto com folhas secas, à velocidade imprópria. Os sacos foram saltando e as folhas se espalhando pelo asfalto.

Autógrafos ainda não se completaram

Até às 19 horas, quando a Mesa encerrou seus trabalhos do dia, faltavam 35 constituintes para assinar a Carta, sem contar o presidente Ulysses Guimarães, que firmará seu nome em plenário, na solenidade de promulgação da Constituição, na quarta-feira. A equipe fará plantão hoje e amanhã, das 9 às 18 horas, numa última tentativa de atrair os retardatários.

Essas ausências, porém, não indicam que todos estes constituintes se esquivarão de dar autógrafos nos originais da Carta. A maior parte deles tomou a iniciativa de telefonar para a Mesa, confirmando sua intenção de comparecer ao Salão Negro durante o fim de semana, para cumprir a formalidade. O senador Gerson Camata, por exemplo, está em viagem ao exterior, mas ligou para o secretário-geral, Paulo Afonso, garantindo sua presença em Brasília no domingo.

A lista conta com onze nomes do PMDB (Lélio Sathier, Mário Bouchardet, Nelson Wedekim, Vingt Rosado, Felipe Cheldid, Fernando Coelho, Gerson Camata, Gonzaga Patriota, Hélio Duque, Hélio Maranhães e Heráclito Fortes); oito do PFL (Ángelo Magalhães, Rita Furtado, Gandhi Jamil, Jessé Freire, Thomaz Nonó, Ivan Bonato, Odacir Soares, Pedro Ceolin; dois do PL (Alvaro Vale e Adolfo Oliveira); três do PDT (Juarez Antunes, Raquel Cândido e Wilma Maia); três do PDS (Lavoisier Maia, Gerson Peres e Cunha Bueno); quatro do PT (Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães, Vitor Buaiz, Paulo Palm); um do PTB (Oswaldo Sobrinho) e um do PJ (Arnaldo Faria de Sá); o senador Itamar Franco, sem partido, e um tucano, Francisco Küster (PSDB).

Nessa sexta-feira, surgiu no Salão Negro a mais jovem testemunha da série de autógrafos, Ricardo Wagner, de oito dias, filho do deputado Wagner Lago, que compareceu com a família completa: esposa e mais duas filhas.



Para Antônio Carlos, a Carta não melhora tudo

ACM diz que povo fica pior

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, deixou ontem o Palácio da Alvorada, onde esteve por quase duas horas com o presidente José Sarney, com uma advertência à população brasileira:

— Que o povo não pense que a nova Constituição vai melhorar sua vida. Pelo contrário, em alguns casos, vai até piorar — ameaçou o ministro.

Para Antônio Carlos Magalhães, a preocupação com os destinos do País após o próximo dia cinco absorvem praticamente toda a atenção dos políticos do Governo. O Presidente, segundo o ministro, está trandúlio e já orientou seus subordinados a "empenhar todos os esforços para fazer cumprir a nova Carta". Mas, frisando que falava em seu próprio nome e não no do Presidente, Magalhães previu "conflitos de poder e até conflitos de classe" em função das novas normas constitucionais. Para o Governo, os desafios serão maiores, na análise do ministro, no tocante a fazer cumprir os dispositivos econômicos, a começar pelo tabelamento de juros.

O mandato de injunção também foi criticado por Antônio Carlos. Para o ministro, esse dispositivo criará uma expectativa incorreta na população.